

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.998 - DF (2019/0300707-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : THAIS FONSECA BORGES E OUTRO
ADVOGADOS : ELEN RAMOS SILVA - DF046739
THAIS FONSECA BORGES - DF053273
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : ANDRE CHRISTIAN ALVES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ANDRÉ CHRISTIAN ALVES DA SILVA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, contra acórdão assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. ARTIGO 33, DA LEI FEDERAL CAPUT 11.343/2006 E ART. 180, DO CÓDIGO PENAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA *CAPUT* ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

1. A necessidade de garantia da ordem pública está elencada no artigo 312 do Código de Processo Penal como um dos fundamentos a justificar a prisão preventiva de uma pessoa. É certo que se trata de um conceito jurídico aberto, o que necessita do trabalho da doutrina e da jurisprudência para concretizá-lo da melhor forma, garantindo por um lado os direitos constitucionais dos acusados em geral e, por outro, o interesse da sociedade em manter a tranqüilidade social. Nesse diapasão, o conceito ordem pública deve ser interpretado como instrumento de manutenção ou de restabelecimento da tranqüilidade do meio social que foi desordenado pela periculosidade do agente, pelo fundado receio de reiteração da prática criminosa, pela gravidade da conduta a ele imputada demonstrada pelo *modus operandi* de sua ação.

2. A decisão combatida refere-se a paciente flagrado em contexto de traficância, expressiva a quantidade de maconha apreendida (mais de 1 kg). Além disto, paciente que também teria praticado delito de receptação e delitos de trânsito, destacadas ainda passagens por Vara da Infância e da Juventude, já tendo cumprido medida socioeducativa por ato infracional análogo a crime de tráfico, entre outros.

3. Todo esse cenário demonstra a gravidade da ação delitiva desenvolvida, em tese, pelo paciente e a possibilidade de reiteração delitiva, o que causa inequívoca intranqüilidade social e perturbação da ordem pública.

4. Destaca-se, por oportuno, que, nos termos das informações constantes no ID 10574213, denúncia recebida em 6/8/2019, paciente dado como incurso nas sanções do artigo 33, caput, da Lei Federal 11.343/2006 e art. 180, *caput*, do Código de Processo Penal.

5. Suficientemente fundamentada e justificada a necessidade da

Superior Tribunal de Justiça

prisão preventiva como instrumento de garantia da ordem pública, não havendo que se falar em possibilidade de substituição por outras medidas cautelares diversas da prisão.

6. Ordem denegada." (e-STJ, fls. 21-22)

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006, 180 do Código Penal e 309 do Código de Trânsito Brasileiro.

Neste *habeas corpus*, os impetrantes sustentam que: **a)** "não houve nenhum indício de que o paciente era traficante ou que teria drogas no interior de sua residência" (e-STJ, fl. 13); **b)** "a condução para a delegacia foi realizada pelo crime de direção perigosa, punível com lavratura de Termo Circunstanciado, mas mesmo assim optaram por manter o paciente preso em cela da delegacia, de forma ilegal" (e-STJ, fl. 13); **c)** "a prova obtida pelos agentes é completamente ilegal, pois invadiram o domicílio do Paciente sem qualquer autorização ou mandado judicial" (e-STJ, fl. 14); **d)** "não foram preenchidos os requisitos do artigo 312 do CPP autorizadores da prisão preventiva do paciente" (e-STJ, fl. 14); **e)** o paciente é "jovem de apenas 18 anos completos, que tem a vida voltada para o trabalho, mais especificamente auxiliar de lanternagem e pintura antes de sua prisão, não existindo nenhuma condenação criminal em seu desfavor ou maus antecedentes" (e-STJ, fl. 18);

Pleiteiam a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso dos autos, o Juízo de Primeiro Grau indeferiu o pedido revogação da prisão preventiva, pelos seguintes fundamentos:

"Assiste razão ao Ministério Público quando afirma que a Defesa não trouxe qualquer fato novo hábil a amparar seu pedido. Os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva do requerente permanecem intactos, quais sejam:

'Não espécie, o contexto de traficância no qual o agente foi flagrado, em razão especialmente da natureza (maconha) e da expressiva quantidade do entorpecente (mais de 1kg), evidencia periculosidade suficiente para justificar a prisão preventiva como mecanismo de prevenção de novos riscos à incolumidade pública. As circunstâncias do caso concreto demonstram a gravidade da conduta, a periculosidade e o risco de reiteração delitiva, tendo em vista a existência de indícios de que ele estava envolvido com a prática de delitos graves. Além disso, praticou ainda delito de receptação e delitos de trânsito. No mesmo contexto, portanto, praticou diversos delitos o que demonstra a necessidade de sua prisão e o risco de que solto venha a novamente se envolver na prática delitiva. Acrescente-se, ainda, a certidão de passagens do indiciado pelas Varas da Infância e da Juventude a qual corrobora a periculosidade do indiciado, ao comprovar que já cumpriu medida socioeducativa pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico, dentre outros. No tocante à consideração dos atos infracionais para se aferir a periculosidade do agente, embora a prática não possa ser

Superior Tribunal de Justiça

considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes, ela serve para justificar a manutenção da prisão preventiva, evidenciando a periculosidade e o risco concreto da prática de novos delitos, uma vez que demonstra ser rotina na vida do agente o cometimento de ilícitos [...] Neste diapasão, a concessão de liberdade provisória ou a aplicação de medidas cautelares não são recomendáveis. Neste contexto, mostram-se presentes os pressupostos – certeza da materialidade e indícios de autoria – e fundamentos para decretação da prisão preventiva do indiciado, já que efetiva a presença do 'fumus commissi delicti' e do 'periculum libertatis', esse último, representado, fundamentalmente, como forma de salvaguardar a ordem pública [...]"

Logo, não cumpre a esta magistrada de mesma instância reavaliar a decisão já proferida, quando restaram inalteradas as circunstâncias fáticas que resultaram na prolação da decisão discutida, especialmente quando possui o mesmo entendimento do Juízo que realizou a audiência de custódia do requerente.

Ante o exposto, inalteradas as circunstâncias fáticas que autorizaram a decretação da prisão preventiva e estando presentes os requisitos que autorizam a segregação preventiva do requerente, em especial a garantia da ordem pública, na forma dos artigos 312 e 313, I, do CPP, INDEFIRO a revogação da prisão preventiva de ANDRÉ CHRISTIAN ALVES DA SILVA" (e-STJ, fls. 139-140)

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida, eis que, conforme se verifica da decisão transcrita, houve a apreensão de 1 (um) quilo de maconha e o paciente possui histórico criminoso, com passagens pela Vara da Infância e Juventude.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**
Relator